



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de Mestrado (Científico) em Ciências Jurídico-Internacionais

Unidade curricular

Direito Internacional da Pessoa Humana I/II- Turma B

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Rui Guerra da Fonseca – 2 horas semanais (S.1 e S.2)

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

O tema da unidade curricular é “Direitos Humanos, Tribunais Internacionais e Desenvolvimento”, tendo por objectivo introduzir os alunos ao problema da relevância dos direitos humanos em decisões de tribunais internacionais que não têm essa competência específica. Como é sabido, existem vários tribunais supra-nacionais especificamente criados para dirimir litígios de direitos humanos (v.g., o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos; a Corte Inter-Americana de Direitos Humanos; o Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos). A protecção jurisdicional internacional dos direitos humanos, porém, não se esgota nessas instâncias: hoje assumem grande relevância neste domínio (mas variável) outros tribunais internacionais (v. infra, conteúdos programáticos), mostrando uma vocação ampliada dos próprios direitos humanos, num contexto internacional mas também global. Constitui objectivo da unidade curricular desenvolver esta temática, dotando os alunos de capacidade crítica de compreensão da jurisprudência relevante de tribunais supra-nacionais, mas também do sistema internacional de protecção dos direitos humanos no seu conjunto. Será dado especial ênfase à relevância desta temática para o direito ao desenvolvimento e para a regulação e governação internacional / global da economia.

Conteúdos programáticos

Tema: “Direitos Humanos, Tribunais Internacionais e Desenvolvimento”

Conteúdos principais:

1. Conceitos fundamentais de Direito Internacional dos Direitos Humanos
2. A construção do Direito Internacional dos Direitos Humanos e dos seus sistemas de protecção internacional
3. A relevância das decisões de tribunais internacionais não especificamente competentes para dirimir litígios de direitos humanos: aspectos gerais
4. O papel do Tribunal Internacional de Justiça
5. O papel do sistema de resolução de litígios GATT/OMC
6. O papel da arbitragem internacional
7. O papel do Tribunal Internacional do Direito do Mar
8. O papel do Tribunal Penal Internacional e de outros tribunais penais supra-nacionais

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

O programa começa por recordar / aprofundar conceitos fundamentais, teóricos e operativos, para o trabalho jurídico no âmbito do Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH). Com base nesse (re)adquirido, importa então compreender como se foi construindo o existente sistema de DIDH, tanto do ponto de vista histórico, como do ponto de vista teórico. Para essa construção, muito relevam (mas em medidas diferentes) as decisões dos tribunais internacionais que não têm por competência específica a resolução de litígios de direitos humanos. Em certos aspectos ou momentos, tais decisões são mesmo determinantes. Antes de proceder a essa análise detalhada, porém, há que explorar os sistemas de protecção dos direitos humanos em geral – designadamente, o sistema das Nações Unidas, o sistema da Convenção Europeia, o sistema da Convenção Americana, e o sistema da Carta Africana – para que depois



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

melhor se compreenda a relevância das decisões judiciais que normalmente não são integradas naqueles sistemas. Dar-se-á particular importância ao impacto das decisões de tribunais internacionais ligadas aos direitos humanos no que toca ao direito ao desenvolvimento e às repercussões em termos de governação e regulação global da economia.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

A metodologia de ensino consiste, essencialmente, no modelo de aulas de seminário, promovendo-se e incentivando-se a participação dos alunos, designadamente no comentário crítico a hipóteses colocadas. A avaliação é realizada essencialmente através um relatório final de investigação.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

A metodologia de ensino (avaliação incluída) visa a preparação dos alunos para a problematização científica nos domínios em questão, bem como para a investigação científica autónoma na sequência dessa problematização, tendo já em mente que se trata de uma fase preparatória da elaboração de uma dissertação de mestrado científico.

Bibliografia principal

(bibliografia mais detalhada será fornecida nas aulas, em particular, artigos; a lista infra contempla apenas monografias)

ABBOTT, Frederick M. / BREINING-KAUFMANN, Christine / COTTIER, Thomas (Eds.), *International trade and human rights : foundations and conceptual issues*, Univ. Michigan Press, 2006.

COTTIER, Thomas / PAUWELIN, Joost / BÜRGI, Elisabeth (Eds.), *Human Rights and International Trade*, Oxford University Press, 2005

BARRETO, Ireneu Cabral, *A Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, Coimbra Editora, Coimbra, 2011.

BEDI, Shiv R.S., *The development of human rights law by the judges of the International Court of Justice*, Hart Publishing, 2007.

BOGDANDY, Armin von / VENZKE, Ingo (eds.), *International judicial lawmaking*, Springer, 2012.

DUPUY, Pierre-Marie / PETERSMANN, Ernst-Ulrich / FRANCONI, Francesco, *Human Rights in International Investment Law and Arbitration*, Oxford, 2009.

JAYAWICKRAMA, Nihal, *The judicial application of human rights law: national, regional and international jurisprudence*, Cambridge Univ. Press, 2002.

MARTINS, Ana Maria Guerra, *Direito Internacional dos Direitos Humanos*, Almedina, Coimbra, 2011.

MEYER, Lukas H., *Legitimacy, justice and public international law*, Cambridge Univ. Press, 2009.

MOECKLI, Daniel / SANGEETA, Shah / SIVAKUMARAN, Sandesh, *International Human Rights Law*, Oxford Univ. Press, 2010

MOTA, Pedro Infante, *A Função Jurisdicional no Sistema GATT/OMC*, Almedina, Coimbra, 2013.

SUDRE, Frédéric, *Droit européen et international des droits de l'homme*, 10.^a Ed., PUF, Paris, 2011.

NOTA: este mapa é preenchido tantas vezes quantas as necessárias para descrever as diferentes unidades curriculares.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Curricular unit sheet

Course _____

Curricular unit

(maximum 1000 characters)

Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit (enter full name)

(maximum 100 characters)

Other academic staff and respective workloads in the curricular unit

(maximum 1000 characters)

Learning outcomes of the curricular unit

(maximum 1000 characters)

Syllabus

(maximum 1000 characters) Insolvency Law

Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives.

(maximum 1000 characters)

Teaching methodologies (including evaluation)

(maximum 1000 characters)

Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes

(maximum 3000 characters)

Main Bibliography

(maximum 1000 characters)

NOTE: this map can be filled in as many times as necessary to describe the different curricular units.